

CMDCA
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
07/2020

Presidente:		ESTER PERSIKE			Fone: 3675-5936		
Data:	11/08/2020	Horário:	9:00	Local:	Regional do Maracanã SEMAS	Sala:	Sala de reuniões SEMAS
Tema	7ª REUNIÃO ORDINÁRIA CMDCA- GESTÃO 2019/2021						

NOME DOS PARTICIPANTES		SETOR	REPRESENTATIVIDADE
1	Ester Persike	Irmandade Betânia	Presidente
2	Raul Cezar Danguí Moraes	SEMAS	Vice Presidente
3	Jucimari Kanha Soares	SEMAS	Titular
4	Caíena Louise de Oliveira	SEMAS	Suplente
5	Lis Gracieli Alberti	SEPLAN	Titular
6	Eliziane Chemim	SME	Suplente
7	Melissa Cristina Azzarini Neto	Casa de Apoio Tia Sula	Titular
8	Débora Luíza Martins Coghetto	FUNDAÇÃO NADAR	Titular
9	Elisabete Mari Paris Curce	Lar Esc. Luciane Mary Paris	Suplente
10	Tatiane Bernardo de Brito	Instituto Beija Flor	Titular

ASSUNTOS EM PAUTA:

- Aprovação da Ata nº 06/2020
- Assinaturas das atas 02, 03, 04, 05/2020
- Indicação de 2 adolescentes para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Comissão de sindicância referente à Recomendação administrativa MPPR nº 02/2020 / Portaria nº MPPR-0039.20.000696-1 / Processo nº 15489/2020 -
- Informe do ofício nº 166/2020 - nº MPPR -0039.18.000463-0
- Informes gerais

ATA 07/20 – Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte às nove horas, o

colegiado CMDCA foi convocado para mais uma assembleia **ORDINÁRIA**, sendo realizada nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, com toda segurança considerando as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do COVID – 19. Iniciando a reunião a presidente do CMDCA conselheira Ester Persike, verifica a existência de quórum com seguintes conselheiros.

Representantes do Poder Público: Raul Cezar D. Moraes, Jucimari Kanha Soares, Caiena Louise de Oliveira, Jucimari Kanha Soares, Eliziane Chemim e Lis Gracieli Alberti.

Representantes da Sociedade Civil: Ester Persike, Melissa Cristina Azzarini Noto, Débora Luíza M. Coghetto, Elisabete Mari Paris Curce, Tatiane Bernardo de Brito, para deliberarem sob os seguintes assuntos: **1)** Deliberação da ATA 6ª; **2)** Assinaturas das atas 02, 03, 04, 05/2020. **3)** Indicação de 2 adolescentes para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. **4)** Comissão de sindicância referente à Recomendação administrativa MPPR nº 02/2020/ Portaria nº MPPR-0039.20.000696-1 / Processo nº 15489/2020 – **5)** Informe do ofício nº 166/2020 - nº MPPR -0039.18.000463-0. **6)** Informes gerais. Em seguida pergunta a presidente sobre a leitura da 6ª ata, se há alguma consideração a ser realizada, fala sobre a importância deste documento e a obrigatoriedade da leitura do colegiado para sua aprovação, pois são registros de deliberações do colegiado, não havendo manifestação contrária esta foi aprovado por **UNANIMIDADE**, ainda sobre assunto relata da existência de atas para assinaturas sendo as seguintes atas: 02,03,04 e 05/2020. Logo após, a conselheira Ester Persike informa que a Conferência Estadual da Criança e do Adolescente, acontecerá de forma on-line, e o Escritório Regional vem solicitando a confirmação dos dados dos adolescentes eleitos na Conferência Municipal como delegados para Conferência do Estado, foram informados que os adolescentes, escolhidos anteriormente já não estão mais no município. Apresentados os nomes a seguir, e foi aprovado por **UNANIMIDADE**, delegado titular - Geovana Caroline Pereira Landal e delegado suplente - Miriã de Oliveira Belo para representar município no evento. Posto isto, a presidente apresenta o ofício nº.166/2020, Procedimento Administrativo nº. MPPR - 0039.189.000463 - 0, da 4ª. Promotoria de Justiça, o qual ratificou 60 dias para respondê-los, tratando dos seguintes assuntos: **i)** Apresentar o fluxograma definitivo de atendimento e escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas de violência, nos termos da Lei 13.431/2017, bem como informar sobre a edição da respectiva Resolução. **ii)** Informar sobre o cronograma estabelecido para a capacitação dos profissionais envolvidos na escuta especializada, especificando as datas e tipos de reunião/ palestras a serem realizadas. **iii)** Informar, por fim, o nome das pessoas que integram a comissão/ grupo de trabalho formado para discussão da escuta especializada,

informado no ofício nº 009/2019 dirigido a esta Promotoria de Justiça. Fala o conselheiro Raul Cezar, que diante dos decretos frente a COVID - 19, todas as empresas indicadas atualmente estão impossibilitadas para prestação do serviço presencial. Relata que já aconteceram dois encontros, a primeira capacitação foi realizada no dia 03/04/2019, com a assistente social e psicóloga Adriana Turbay, a segunda com a psicóloga Patricia dos Santos Lages Prata Lima, realizada no dia 24/05/2019, ambas as capacitações para todos os atores da rede de proteção. Existe um processo licitatório para esta finalidade que encontra-se parado diante a situação de pandemia. Informa que no momento são responsáveis pela Escuta Especializada os profissionais: Eliziane Chemim/psicóloga/Secretaria de Educação, Roberto Cesar Diniz, Viviane Genovezzi Salatiel/ e Suzete Ferreira dos Santos/psicólogos/Secretaria Municipal da Saúde. Fala que a Secretaria municipal de Assistência Social, dispõem de três profissionais para escuta, Márcia Marques, Elaine Escantamburlo/assistentes sociais, e como articulador Rodrigo Colere. Relata ainda que a Secretaria de Assistência Social estará respondendo as indagações da 4ª. Promotoria de Justiça. Seguidamente a presidente fala que ofício nº 279/2020 do Conselho Tutelar informando alteração de presidência. O CMDCA pediu para ser informado o motivo, pois no documento não incluía a assinatura do conselheiro Jackson Lira, mas que essa decisão é do colegiado do conselho tutelar, apenas para ciência do CMDCA., que foi repondido, através do Foi respondido através do ofício nº 296/2020 CT. Fala a presidente do CMDCA, que o CMDCA precisa retomar os encontros, principalmente com o Conselho Tutelar, para construirmos um diálogo em favor das crianças e adolescentes do município. O conselheiro Raul Cezar fala que como gestor têm a necessidade de sentar novamente com o colegiado do Conselho Tutelar e refazer este planejamento de retomada de ações, temos que buscar formação e qualificação sempre para melhorar o fluxo de atendimento, já que nova gestão do Conselho Tutelar chegou com uma visão da realidade cotidiana, e temos que trabalhar em rede, ouvir e falar na hora certa, para não causarmos futuros desconfortos, estamos aqui há algum tempo com o nosso trabalho, e tudo que envolve diretamente o atendimento e principalmente o acolhimento de criança e adolescente. Sobre o ofício nº 166/2020 referente ao Procedimento Administrativo nº 0039.489.000.463-0, será feita a resposta e enviada, com o anexo da resolução nº 15/2020 CMDCA, referente ao “Protocolo da Rede Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente em situação de risco para a violência”. E também em anexo ofício nº 21/2020 SEMAS referente à Escuta Especializada da Secretaria Municipal de Assistência Social. A conselheira Ester Persike fala que hoje o CMDCA deverá deliberar uma comissão disciplinar face a Recomendação Administrativa nº 02/2020 do MPPR, a qual solicita instauração de procedimento administrativa disciplinar para

apuração de suposta falta de disciplina para apuração de supostas faltas disciplinares pelo conselheiro tutelar Jackson Veloso de Lira, visto que os questionamentos são de promoção pessoal, sendo interpelado suas atitudes, conforme consta nos autos. A *conselheira Lis Gracieli* fala que os conselheiros tutelares deveriam se dedicar mais em estudar o fluxo de atendimento e protocolo da Rede de Proteção, e toda a legislação que permeia o atendimento, melhorando suas intervenções. Seguidamente a *conselheira Melissa Cristina*, ressalta que não obstante a recomendação de sindicância e ou processo administrativo disciplinar, fala que no seu entender não se enquadra o processo administrativo, porque entende-se que se o conselheiro tutelar referido recebeu e respeitou as recomendações do MPPR mas é a comissão que vai estudar e dar prosseguimento para o colegiado deliberar. Relata a *conselheira Lis Gracieli*, que em nenhum momento o processo está se referindo à um atendimento ou uma abordagem à criança e adolescente, que a responsabilidade dos atos administrativos praticados pelos conselheiros tutelares e de incumbência do seu colegiado, pois tem autonomia para deliberar sobre as penalidades de irregularidades exercido por um de seus membros. Diz o *conselheiro Raul Cezar* que cabe ao CMDCA monitorar as atividades que executadas pelo Conselho Tutelar, referente aos atendimentos prestados a nossas crianças e adolescentes, fortalecer o Conselho Tutelar de uma forma que estejam aptos à exercer a função, temos que montar a comissão e avaliar, e responder a sua deliberação a promotoria solicitante. Logo após, a presidente Ester Persike pergunta ao colegiado do CMDCA quem deseja fazer parte desta comissão, apresentado a conselheira Tatiane Bernardo de Brito, o conselheiro Raul Cezar fala que por não saber quanto tempo se dará esta comissão indica, seu suplente, conselheiro *Rodrigo Cólere*, pois no próximo mês estará em férias. E por **UNANIMIDADE** foi aprovada as indicações dos conselheiros *Rodrigo Cólere(governamental)* e *Tatiane Bernardo de Brito(sociedade civil)*, e tão logo será enviado ofício (via e-mail) a presidência do Conselho Tutelar solicitando a indicação de um conselheiro tutelar para compor a Comissão Temporária Disciplinar. Sucessivamente e aconselhado aos conselheiros indicados a realização imediata para primeira reunião, assim que o Conselho Tutelar nomear um dos seus membros para compor esta comissão, tanto quanto, realizar a resolução e manifestar ao Ministério Público. Em seguida fala o conselheiro Raul Cezar que ainda não houve devolutiva do Conselho Tutelar sobre o remanejamento dos computadores que não estão usando mais, estes serão disponibilizado para a Casa de Acolhimento Casa de Emília, para as adolescentes poderem fazer uso, havendo necessidade, principalmente diante da pandemia. Informa que os computadores são do município e foram disponibilizados ao Conselho Tutelar, e agora não estão em uso, devido á aquisição de novos 05 computadores

para o Conselho Tutelar. Relata ainda o conselheiro Raul Cezar que o Estado novamente informou o repasse do valor para a construção da sede do Conselho Tutelar, e estará encaminhando o Termo de Prorrogação por mais dois anos deste convênio que é da Deliberação nº 053/2014 CEDCA, para ser executado á obra, é uma obra de responsabilidade do estado, o município disponibilizou o terreno. Informa que segundo as informações que constam seremos o próximo município a ser contemplado com a execução desta obra, o valor disponibilizado é de 500.00,00 e mais 60.000,00 para equipar o local. Comunica o conselheiro sobre uma situação que aconteceu há alguns dias, que expôs a casa de acolhimento e situações envolvendo a casa, foi aberto uma Notícia de Fato ao Ministério Público que fosse tomadas apurado o teor da Live do Blogueiro Sérgio Rodrigues, a Promotoria de Justiça entendeu que não houve violação por parte dele, Antes do encerramento, a senhora Cássia Regina da Secretaria Executiva dos Conselhos, notifica ao colegiado que foi solicitado à Prefeita a publicização das informações e atas dos conselhos, a Secretaria de Informática não fez publicações na ordem que solicitada, e fará contato novamente, para corrigir a ordem das publicações. Sem mais nada para discussão do colegiado, a presidente do CMDCA Ester Persike, encerra a reunião, agradece ao colegiado pela presença, eu Cássia Regina G. Sgoda, lavrei a presente ata que após aprovada será assinada por mim e demais conselheiros. x-